

O DIREITO À MEMÓRIA E AS NARRATIVAS TESTEMUNHAIS COMO FORMAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: O CASO BRASILEIRO.

**RODRIGUES, Natália Centeno
VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha
naticenteno@gmail.com**

**Evento: Encontro de Pós-Graduação (EPG).
Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.**

Palavras-chave: justiça de transição; direito à memória; testemunhos.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa abordar o período da ditadura civil-militar brasileira, mas não fica restrita ao passado e depreenderá uma análise de suas consequências sociais presentes até os dias atuais. Logo, estamos tratando dos dias atuais remetendo ao passado recente de cunho autoritário que o nosso país foi submetido. Visamos compreender de que forma ocorreu a transição de uma ditadura civil-militar para uma democracia em 1988. Nosso ponto de partida será analisarmos o contexto da transição, com o enfoque na memória. Abordaremos a memória como um processo complexo, composto de uma experiência individual e por uma nuance coletiva. Entendemos o direito à memória, como um direito humano, indo além do mero conceito de direito transicional. Objetivamos evidenciar a importância do direito à memória, à verdade e à justiça no fortalecimento democrático, esse papel através da análise dos testemunhos. Só a memória pode fazer justiça aos injustiçados da história no passado. Portanto, todas as ações que visem fortalecer os direitos transicionais, devem ser estimuladas. Nesse sentido é que a realização da pesquisa justifica-se, pois, ela será desenvolvida visando ampliar o debate sobre o direito à memória, abordando na perspectiva de que é um direito humano e que esse direito é fundamental para o fortalecimento constitucional e democrático brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como base teórica para a elaboração da pesquisa optou-se por utilizar a abordagem realizada por Roberta Cunha de Oliveira, na sua dissertação intitulada “Do Corpo Colonizado à Linguagem do ‘Averso’ na América Latina: papéis dos Testemunhos Cartográficos para uma Justiça de Transição” defendida junto ao PPG em Ciências Criminais da PUC/RS, onde enfatiza o papel fundamental dos testemunhos dentro da transição. Utilizamos obras compostas por coletâneas de artigos que abordam a temática Justiça transicional, visando assim formar um olhar multidisciplinar, tais como: “Justiça e memória: para uma crítica ética da violência”.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

O aporte metodológico adotado foi o dialético (GIL, 1989, p. 31), pois esse método se mostra como forma pertinente de investigação da realidade, fator que colabora para uma compreensão atual e transdisciplinar dos fenômenos da transição –principalmente do direito à memória. Realizaremos uma revisão bibliográfica e

documental sobre o tema, analisaremos os testemunhos.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Cabe esclarecermos que testemunhos dentro dessa pesquisa se constituem de poemas, textos, relatos, entrevistas, canções, qualquer expressão produzida por aqueles que sofreram com as ações diretas ou indiretas do Estado brasileiro e tais expressões refletem suas percepções sobre essas violações. Utilizaremos os testemunhos, pois eles nos permitem construir múltiplas versões para a História e fortalecer a construção do elo intergeracional, categoria chave para entender o enlace que ocorre entre a memória, a verdade, o testemunho, o passado, o presente e o futuro, conforme Enrique Padrós (2012). Na medida em que, conecta as gerações que vivenciaram o terrorismo de estado com aqueles que vieram depois, e não tiveram a mesma experiência histórica. Entendemos que é nesse encontro de gerações que se prolifera a multiplicidade de vozes, de sujeitos, de atores sociais a discutirem, a dialogarem sobre os direitos transicionais. Os testemunhos nos permitem compreender: as nuances individuais e coletivas da memória política, os processos de subjetivações e efetivar uma perspectiva constitucional do direito à memória, como um direito humano. Além disso, visamos compreendermos de que forma ocorreu à transição da ditadura civil-militar para um regime democrático, buscamos com essa pesquisa analisarmos as formas como as ações que visam fortalecer os direitos transicionais (e democráticos) são realizados em nosso país, sejam em espaços oficiais e/ou extraoficiais e de que modo essas ações conseguem colaborar para o fortalecimento e consolidação da nossa democracia constitucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, entendemos que os testemunhos rompem com o ato de silenciar, pois presentificam as violações sofridas e possibilitam uma (re)significação dos mesmos. Por isso, a memória e a verdade possuem papéis fundamentais dentro da transição, na medida em que, resgatam a história (individual e coletiva) e assumem um compromisso que transcende os que foram vitimado e abrange a sociedade brasileira. Os testemunhos possibilitam um (re)contar histórico onde há uma ruptura da linearidade histórica. Ruptura que sinaliza e possibilita um outro pensar histórico e social. Esse compromisso é importante pois estabelece novos valores éticos, os quais devem nortear a nossa democracia, como o compromisso com o Outro, com a alteridade, com o passado, com “as verdades”, com as memórias, com as subjetividades, com a justiça social e com as reformas institucionais, visando assim fixar limites claros para as ações do Estado. E que essas ações sejam comprometidas com o ideal de não repetição, para que tais violações nunca mais aconteçam, para que assim possamos viver em uma sociedade onde todas as diferenças e singularidades sejam respeitadas.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1987.
- PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura Brasileira: Verdade, Memória e Justiça? In: *Historiae*. Rio Grande, 2012, p. 65 – 84.